



**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DOS AUTORES
DE LIVROS
EDUCATIVOS**

Caros colegas, EDITORIAL

O primeiro semestre de 2006, que ora se finda, não só reiterou antigas preocupações como apresentou novas, ampliando as frentes de luta da Abrale.

Para tocarmos em assuntos já conhecidos, tivemos o resultado de algumas avaliações do PNLEM e a correria insana resultante do curto período que vai da publicação dos editais à data limite de inscrição nos programas governamentais (desta vez, o PNLD de 5ª a 8ª séries). Quanto à avaliação, velhos problemas se repetiram: a falta de clareza dos critérios para que se elimine ao máximo possível a carga de subjetividade; a divulgação dos resultados antes de os autores e editores terem acesso ao relatório; a inexistência de mecanismos que permitam o democrático direito de resposta.

Nesse campo, a única novidade foi uma reunião entre Lúcia Lodi, Diretora de Políticas Públicas do Ensino Médio do MEC, e coordenadores da avaliação de Química e Física do PNLEM com uma comissão da Abrelivros. Mas, lamentavelmente, o MEC e os coordenadores da avaliação não permitiram a presença de representantes dos autores. A Abrale manifesta publicamente sua incompreensão e indignação, uma vez que, no ano de 2005, o diálogo entre Abrale e MEC transcorreu em clima de cordialidade e sempre permaneceu no plano de propostas construtivas, no sentido de aprimorar todo o processo dos programas governamentais.

Outra questão nova foi a compra de sistemas apostilados por prefeituras. Lembramos que essas cidades participam do PNLD e recebem os livros escolhidos pelos professores; lembramos ainda que, no encaminhamento normal

do PNLD, os professores têm tido plena liberdade de escolha dos livros didáticos e que esses livros passaram por um processo de avaliação.

Por outro lado, na compra de um sistema apostilado, os professores não participam da escolha (ou seja, o material é imposto), acarretando a implantação de um “livro único” no município. Além disso, o material fornecido não passa pelo processo de avaliação.

Quando uma prefeitura compra um sistema, está gastando uma verba que deveria ser empregada na melhoria das escolas (biblioteca, informatização, laboratório, etc.) e das merendas.

Esclarecemos que não condenamos nenhum material pelo seu formato: assim como encontramos, no mercado editorial, livros didáticos excelentes ao lado de livros que deixam a desejar, deve haver materiais apostilados que apresentam boas propostas pedagógicas ao lado de outros que não manifestam a menor preocupação com a formação dos alunos.

Por fim, informamos que a atual gestão da Abrale dá continuidade à sua proposta de materializar a missão estatutária da entidade de contribuir para a educação em geral. Depois da realização do ciclo ‘Educação em Debate’, iniciamos o projeto ‘Formação do professor-leitor’. Neste número comentamos com mais detalhes esse novo projeto.

A persistência de velhos problemas e o surgimento de novos reafirmam a necessidade de termos uma entidade atuante, com ampla representatividade, o que só se consegue com um número significativo de sócios e com a participação de todos.

PNLD em São Paulo abandona a escolha do “mais barato”

No Estado de São Paulo, o PNLD não era gerido pelo governo federal e sim pelo estadual. O resultado era uma distorção em seus fins: o parcimonioso governo paulista enviava aos professores sempre o mais barato dentre os dois livros escolhidos, mesmo que essa fosse a segunda opção do professor. Desrespeitavam-se os critérios pedagógicos e o direito de escolha do docente. (A bem da verdade, em 2004, também o governo federal agiu assim, embora em pequena escala, para pressionar os editores.)

É uma notícia auspiciosa o governo paulista ter devolvido a gestão do PNLD ao governo federal, pois agora espera-se que os professores recebam o livro que realmente preferem.

A Abrale deve registrar que a Editora Nova Geração foi a única que, nesses anos todos de escolha pelo preço, se insurgiu contra esse disparate pedagógico, chegando a questionar na Justiça a prática do governo estadual.

Parabenizamos os professores paulistas e a Editora Nova Geração e aproveitamos para reiterar a firme posição da Abrale: o professor deve ter plena liberdade de escolha entre os livros que constam nos Guias; se os livros oferecidos aos professores foram avaliados e selecionados, nada justifica o fato de o governo não entregar o livro escolhido pelo professor.

O Seminário ABRALE-ABRELIVROS-MEC

“A importância da leitura e do livro para a melhoria da educação básica”

Novembro de 2005 foi especialmente auspicioso para a Abrale, com a realização de um dos projetos fundamentais da atual diretoria e da anterior: o seminário *“A importância da leitura e do livro para a melhoria da educação básica”*, uma iniciativa conjunta com a Abrelivros, que assumiu a responsabilidade pela organização e financiamento, e o MEC.

Estiveram presentes representantes do governo (o Ministro da Educação Fernando Haddad, membros do FNDE e da Secretaria de Educação Básica, em especial), dos editores e dos autores, além de especialistas ligados à educação (incluindo membros das equipes de avaliação).

A presença do MEC

A professora Jeanete Beauchamp (MEC/Ensino Fundamental) destacou melhorias planejadas para o próximo *“Guia do Livro Didático”* e, sobre a adoção, defendeu claramente a livre escolha por parte do professor. A professora Lúcia Lodi (MEC/Ensino Médio), tratou dos rumos do PNLEM e suas perspectivas de expansão.



José De Nicola Neto – presidente da ABRALE
Fernando Haddad – Ministro de Educação
João Arinos – presidente da Abrelivros



Alexandre Serwy – FNDE
Professora Lúcia Lodi – SEB/Ensino Médio
João Arinos Ribeiro dos Santos – presidente da ABRELIVROS
Professora Jeanete Beauchamp – SEB/Ensino Fundamental
José De Nicola – presidente da ABRALE

Fala a Abrelivros

O presidente da Abrelivros, João Arinos, mostrou que sua entidade é responsável por praticamente 100% dos 187 milhões de livros didáticos produzidos anualmente no país e emprega, apenas no processo editorial, 4 000 pessoas. Reivindicou estabilidade nos programas de compra de livros, bem como tempo hábil entre edital e inscrição de obras. Defendeu a livre escolha por parte do professor e sua contrapartida: a necessidade de circular informação, o que acarretaria rediscutir os critérios do MEC que proíbem a presença de divulgadores nas escolas em épocas de escolha.

A manifestação da Abrale

O presidente da Abrale, José De Nicola, fez um histórico dos altos e baixos da relação de nossa entidade com o MEC, citando documentos entregues ao MEC. Esse histórico mostra que a Abrale apoiou o PNLD e a avaliação desde seu início, contribuiu com sugestões valiosas – entre elas a elaboração do *Guia de Livros Didáticos* e do *Manual do Professor* nos livros inscritos – que acabaram incorporadas ao PNLD, mas nunca deixou de reivindicar o direito de resposta por parte dos autores, bem como uma discussão sobre os critérios de avaliação. Isso o levou a propor um mecanismo de diálogo regular com o MEC e seus especialistas, envolvendo também outros atores da cadeia produtiva do livro didático. Foi elogiada a livre escolha do livro

pelo professor e foram criticadas políticas de alguns estados, em especial o Paraná, que restringem ou anulam as opções do professorado.

A ‘delegação’ da Abrale

A Abrale esteve representada por toda a diretoria, além dos sócios Erdna Naum, Francisco Sampaio, José Ruy Giovanni Júnior e Sílvia Panazzo. Quase todos fizeram uso da palavra e manifestaram suas inquietudes em relação aos programas governamentais.

Conclusões e perspectivas

Globalmente, o resultado mais significativo do Seminário foi a “quebra de gelo” entre as partes, mostrando que, a despeito de eventuais conflitos, Abrelivros e Abrale podem, dentro de suas competências, cooperar com o MEC para melhorias na educação brasileira. De fato, ficou acertado, ao menos verbalmente, que ocorreriam novas reuniões entre representantes do MEC, da Abrelivros e da Abrale visando discutir problemas específicos.

Um resumo ampliado encontra-se no site da Abrale (www.abrale.com.br ou www.abralelivroeducativo.org.br).

A íntegra das manifestações e fotos do evento encontram-se em <http://www.grupolabor.com/seminariolivro/>

Agradecimento

Em reunião entre as diretorias da Abrale e da Abrelivros, acontecida em 2005, solicitamos que as editoras encaminhassem a seus autores uma carta redigida por nós com o título *Torne-se sócio da Abrale*. Na ocasião, todos se comprometeram a enviá-la, por e-mail ou pelo correio tradicional.

Interessa à Abrale se fortalecer com novos possíveis sócios e aumentar sua representatividade, mas deve-se levar em conta que uma

Abrale mais forte também pode ser uma parceira mais relevante para a Abrelivros, nos vários casos em que interesses pedagógicos e editoriais convergem.

Já sabemos que a Editora do Brasil e a Editora Moderna atenderam nosso pedido, pelo que agradecemos de maneira especial. Esperamos que outras editoras sigam esse caminho, possibilitando maior cooperação entre as empresas e seus autores.

O Projeto Formação do Professor-Leitor

Uma contribuição da Abrale ao PNLL e à educação brasileira

No ano de 2005, a Abrale promoveu, em parceria com a Livraria Cultura, o ciclo *Educação em Debate*, reunindo autores, editores e profissionais da educação em geral. Cada uma das quatro mesas-redondas discutiu temas referentes a disciplinas específicas, sempre ligados à formação do cidadão.

A experiência adquirida no *Educação em Debate* animou a Abrale a desenvolver um novo projeto que atingisse maior número de professores nas mais diversas áreas (e até mesmo em todas as áreas). Os esforços desenvolvidos pelo Ministério da Cultura no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), motivaram o nascimento de nosso projeto *Formação Continuada do Professor-Leitor*.

O PNLL é uma ação liderada pelo governo federal para criar uma política pública, visando melhorar a realidade da

leitura no País, mediante articulação dos esforços do Estado, da universidade, do setor privado e demais organizações da sociedade. A Abrale, considerando que

- o professor e a escola constituem os principais mediadores no processo de formação sistematizada de leitores,
- a leitura amplia a formação do professor, além de favorecer a aprendizagem de praticamente todos os alunos,

desenvolveu, então, um conjunto de palestras e mini-cursos que indicam caminhos para transformar a leitura em instrumento de aprendizagem e incentivam o próprio professor a se tornar leitor mais assíduo.

A “estréia” do novo projeto deu-se no Centro Universitário Sant’Anna, em uma palestra muito bem recebida por duas centenas de licenciandos, ministrada por Silvia Panazzo, Maria Luiza Vaz

(ambas autoras de História) e Marcelo Lellis (autor de Matemática). Foram examinados textos variados, nem todos verbais (incluíram-se mapas, charges, pinturas), que continham explicações matemáticas, referências a tratados internacionais, propagandas, reminiscências, etc. Fazemos essa citação para mostrarmos a diversidade dos textos apresentados, dando uma pista sobre as inovadoras abordagens do projeto.

O *Formação Continuada do Professor-Leitor* já tem atividades previstas para o segundo semestre. Ele permanece em fase piloto, mas assim que o projeto for aprovado e efetivado nos padrões do PNLL, será necessária a participação de todos os abralistas. Desde já aguardamos sugestões e manifestações dos associados. Estamos certos que todos darão contribuições importantes!

O PNLL e a participação da Abrale

Durante a Bienal do Livro, ocorrida em São Paulo, foi realizado o Fórum PNLL Vivaleitura 2006/2008, com o lançamento oficial do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). O plano foi elaborado a partir do documento Linhas de Ação para a Política Nacional do Livro, debatido com a sociedade e apresentado no ano passado na Câmara Setorial do Livro e Leitura para fazer cumprir as finalidades da Lei nº 10.753/2003, a Lei do Livro.

O evento contou com a participação dos ministros da Educação, Fernando Haddad, e da Cultura, Gilberto Gil.

Gil elogiou a atual política de acesso ao livro. “Nunca se fez tanto pelo livro no país como nos últimos anos.” Para ele, o PNLL coloca o Brasil no trilho dos países que deram certo. “A sociedade tem hoje uma percepção maior sobre a importância da educação para o Brasil.”

O ministro da Educação, Fernando Haddad, que encerrou o fórum, considera que o plano é de máxima importância para a educação. Segundo Haddad, a cada dia aumenta o entusiasmo da sociedade ao receber novas políticas de leitura. Prova disso é o portal Domínio Público, onde todos têm acesso a obras de autores como Machado de

Assis, entre tantos outros, e o Portal de Periódicos da Capes. “Não há país que tenha se desenvolvido sem uma política séria de leitura”, afirmou.

A professora e pesquisadora da Unicamp, Marisa Lajolo, apresentou na palestra de abertura do Fórum os tópicos fundamentais a serem contemplados por qualquer política nacional do livro. Ela destacou a importância da valorização do professor, com base em uma política de remuneração condizente, pois “é na sala de aula que acontece o gosto ou a aversão à leitura”, opinião que corrobora a visão da Abrale.

O PNLL foi elaborado com a participação de entidades da cadeia produtiva do livro, universidades, bibliotecas, ONGs e governos estaduais e municipais, o que mobilizou cerca de 50 mil lideranças durante quase um ano. A versão do plano apresentada contava com 185 ações cadastradas. Entre as ações já efetivadas pelo governo federal, Galeno Amorim, presidente do Conselho Diretivo do Viva Leitura, citou os programas Imposto Zero (desoneração da cadeia produtiva do livro) e o BNDES Pró-livro, a formação da Câmara Setorial do Livro e Leitura, a formatação das linhas de ação

para o PNLL e o próprio Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) 2006/2008.

Entre as metas do PNLL até 2008 estão:

- aumentar o índice nacional de leitura em 50% (de 1,8 para 2,7 livros por habitante/ano); implantar bibliotecas em todos os municípios do país;
- realizar anualmente pesquisa nacional de leitura;
- implementar centros e núcleos voltados para pesquisa, estudos e indicadores nas áreas do livro e da leitura;
- ampliar de 47% para 57% o índice de pessoas, acima de 14 anos e com hábito de leitura, que possuem pelo menos dez livros em casa;
- aumentar em 10% o índice per capita de livros não didáticos adquiridos.

A diretoria da ABRALÉ esteve presente no Fórum e, em sua participação, ressaltou a importância do professor como mediador na formação de leitores entre os alunos. Esse é o mote de nosso projeto “A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR LEITOR”, que está sendo desenvolvido este ano (ver artigo específico neste boletim) e que esperamos cadastrar entre as ações desenvolvidas no PNLL.

Apostilas na escola pública: desconstruindo mitos

Um editorial da Folha de São Paulo tocou em uma das preocupações de toda a comunidade educacional e, em particular, dos autores de livros educativos:

Expandem-se pelos municípios paulistas convênios com empresas privadas para treinar professores, planejar a ação pedagógica e adquirir apostilas destinadas à rede pública. Tais contratos muitas vezes são remunerados com dinheiro do Fundef, o fundo que custeia o ensino fundamental (da 1ª à 8ª série) no país.

Um quinto das prefeituras do Estado de São Paulo já aderiu a tais convênios. (...) Alguns temem que essa forma de terceirização implique privatizar aos poucos o ensino público. Outros se preocupam com o controle da qualidade dos serviços.

Bem administrada, a adoção dos convênios com a iniciativa privada na educação pode representar para os alunos um ganho. O poder público tem dificuldade intrínseca de empreender com quadros próprios ações como a de treinar docentes. As empresas podem agir nesse setor com mais rapidez e capilaridade.

(...)

A expansão dos convênios, é verdade, traz novos requisitos para a fiscalização. A qualidade de apostilas, como ocorre com os livros, deve passar a ser aferida pelo MEC. A ação é necessária para que a opção pelas apostilas redunde na dispensa dos livros tradicionais – e vice-versa – e, portanto, na anulação de gastos em duplicidade. (...)

São subjetivas e ao final desimportantes para o usuário da escola pública considerações sobre a “privatização” do serviço, o que, de resto, não parece ser o caso. O que importa é saber se o ensino vai melhorar.

(Folha de S. Paulo, 06/02/2006)

Supreende, para quem acompanha apenas de longe o mercado de materiais didáticos, a penetração dos sistemas de ensino na rede pública: 20% dos municípios de São Paulo não é pouca coisa! E surge uma pergunta natural: como as empresas do setor do livro didático, que já perderam parte do mercado das escolas particulares, decidiram (ou estão decidindo) enfrentar

essa concorrência? Aparentemente, não podendo combatê-la, algumas editoras resolveram brigar por uma fatia nesse segmento:

Com o aumento da inserção dos sistemas de ensino nas escolas brasileiras, tradicionais editoras de livros didáticos também tiveram que criar seus próprios sistemas para não ficar atrás da concorrência. (...) “É um mercado que existe e, como líderes no segmento educação, foi preciso entrar também”, conta João Arinos, diretor-geral da Abril Educação.

O executivo diz que os sistemas ganham espaço na medida em que facilitam a vida da escola. Além dos conteúdos já estruturados e das atualizações periódicas, oferecem outros serviços, como treinamento e assessoria pedagógica. Há ainda uma vantagem comercial: a escola economiza na formação de professores e na confecção de material pedagógico, além da chance de revender as apostilas com uma margem de lucro que não existiria no caso dos livros didáticos.

(...)

“Em uma ponta está um ensino mais empacotado, estruturado. Em outra, temos os livros, que permitem mais flexibilidade, porém exigem um esforço maior de planejamento por parte das escolas”, analisa Arinos.

(Valor Econômico, 14/03/2006)

A Abrale não critica os sistemas apostilados pelo seu formato, nem pretende avaliá-los. Por outro lado, não pode deixar de apontar certos equívocos que envolvem sua utilização, os quais se fazem presentes no editorial da Folha e na notícia do Valor Econômico.

Primeiro, **o mito da formação**, que para o editorial seria realizada “com rapidez e capilaridade”. Os sistemas realmente promovem encontros com professores de colégios adotantes, mas supor que esses eventos, ocorridos em um ou dois sábados por ano, constituam *formação* de professores, a qual deveria ser um conjunto de acontecimentos em um tempo longo, moldando concepções e comportamentos, é um claro engano. O termo mais próximo da verdade, usado por Arinos e pelo editorial da Folha, refere-se a *treinamento* de professores. Mas será que, de fato, o treinamento reverte em

ganho para os alunos? De que maneira isso seria possível, se o foco está no uso das apostilas e não na formação continuada de professores, tão necessária em uma sociedade que já se dá conta de que a aprendizagem é necessária durante toda a vida? Mesmo que o treinamento seja adequado, ainda assim os sistemas estariam fazendo o mesmo (ou até menos!) que os autores de livros didáticos já vêm fazendo há muito tempo, quando visitam colégios ou proferem palestras. Autores apresentam propostas, ouvem dúvidas dos colegas professores e sugerem planos de trabalho, isto é, levam idéias para debate em vez de dirigir comportamentos, em grande parte pela natureza aberta do livro, que pode ser usado de muitas maneiras e que pode ser trocado por outro a critério do professor no final do ano letivo.

Segundo, **o mito da qualidade**.

Alguns sistemas têm renome, “grife” proveniente de seu bom desempenho como cursinhos pré-vestibulares e, por isso, suas propostas aparecem como garantia de qualidade. A grande vantagem dos sistemas residiria no texto estruturado, que programa aula a aula o trabalho do professor, garantindo que os conteúdos planejados sejam efetivamente apresentados. Ocorre que tal “vantagem”, que pode ser adequada para cursinhos que preparam para um fim específico, não pode ser admitida quando se trabalha com formação a longo prazo, fundamento do ensino básico. O empacotamento de conteúdos, tantas vezes observado nesses materiais, desconsidera o ritmo de aprendizagem dos alunos, ritmo que só mesmo o professor pode conhecer. Assim, embora os “conteúdos sejam cumpridos”, o aprendizado pode ser muito ruim (lembrando que um dos conceitos que a pedagogia moderna condena é o conteudismo). Além disso, quando um município inteiro (não uma simples escola, mas todo um grupo de escolas) “fecha” com um sistema, em um processo do qual os professores não participaram, é inevitável que muitos docentes fiquem insatisfeitos e trabalhem com menos interesse, contribuindo também para a baixa qualitativa. Em suma, a adoção de um sistema, em vez de melhoras, tem boas chances de acarretar “pioras”.

Terceiro, **a economia**. João Arinos refere-se à revenda de apostilas com lucro para a escola. Entretanto, tal vantagem inexistente na escola pública.

Nesse mercado, o mais provável é o prejuízo do contribuinte. Por meio do Programa Nacional do Livro Didático PNLD, o governo federal avalia obras com seriedade (o que não impede equívocos) e fornece os livros às escolas brasileiras. No entanto, por algum motivo que foge à nossa compreensão, as prefeituras, mesmo dispondo dos livros adquiridos pelo governo, optam por gastar mais dinheiro público (em duplicidade!) ao comprar material didático não avaliado, cuja qualidade não tem certificação (tribunais de contas deveriam levar esse fato em consideração, o que é apontado corretamente pelo editorial da Folha.) O dinheiro que

melhoraria as condições de trabalho dos professores ou a merenda escolar é gasto para obter materiais didáticos que já haviam sido comprados. Realmente, é incompreensível!

Além das visões equivocadas que discutimos, não se devem esquecer algumas questões ligadas a valores educacionais. Adotar sistemas apostilados, como já foi dito, retira do professor o direito de escolha de seu próprio material de trabalho, como se ele fosse incapaz de escolher sua metodologia, seu projeto pedagógico. Além disso, não podemos aceitar a afirmação da Folha de que são *desimportantes para o usuário da escola pública considerações sobre a*

“privatização” do serviço; lembramos que em nenhum país do Primeiro Mundo, nem mesmo no considerado ultra-liberal Estados Unidos, os governos renunciam ao controle da escola pública. Ainda mais quando se trata de confrontar um tipo de ensino que quase sempre privilegia conteúdos no lugar da formação integral da cidadania.

Após todas essas considerações, reiteramos: não se pense que combatemos sistemas apostilados. Mesmo no ensino público poderiam ser aceitos, desde que avaliados como os livros didáticos, escolhidos pelos professores e sem envolver a duplicidade de gastos que apontamos acima.

Carta aberta à Professora Lúcia Helena Lodi

Diretora do Departamento de Políticas do Ensino Médio do MEC

Cara Lúcia Lodi,

gostaríamos de louvar a iniciativa de estender a compra governamental do livro didático também para o Ensino Médio, com a criação do PNLEM. Com isso, cerca de 7 milhões de estudantes terão acesso ao livro didático, instrumento fundamental para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem. Essa iniciativa certamente contribuirá decisivamente para a melhoria da formação dos estudantes das escolas públicas de Ensino Médio.

Esperamos que a compra governamental do PNLEM, por enquanto restrita aos livros de língua portuguesa e matemática, em breve abranja todas as disciplinas. Sabemos das limitações orçamentárias do MEC, mas é fundamental que todos os estudantes recebam também livros das demais disciplinas, sem os quais terão uma lacuna em sua formação. Para isso é premente a aprovação do Fundeb pelo Congresso Nacional. Entretanto, diante da urgência – livros de diversas disciplinas já foram avaliados –, seria muito alvissareiro que o governo aprovasse uma complementação de verba para a compra e distribuição desse material já no próximo ano.

Apesar dos avanços, gostaríamos de manifestar nossa preocupação com o fato de mais uma vez o MEC não ter aberto um canal para que os autores que tiveram seus livros avaliados pudessem dialogar com as equipes de avaliação. Como educadores, sabemos que é inerente a qualquer processo de avaliação certo grau de subjetividade e que ninguém tem o monopólio da verdade. Aliás, “a verdade” não existe; em ciência, a verdade é sempre provisória e está sujeita a contestação e superação. Como educadores, também acreditamos ser necessário que os livros sejam submetidos à avaliação para a melhoria do material recebido pelos estudantes. Entretanto, esse processo suscita algumas indagações. Quem avalia o avaliador? É metodologicamente razoável acreditar que os avaliadores nunca erram em seus julgamentos?

Acreditamos que o processo de avaliação ganharia muito em qualidade e legitimidade caso fosse concedido direito de resposta aos autores que tiveram suas obras excluídas pela avaliação, ademais isso é um direito garantido pela Constituição. E como poderiam proceder, ainda que lhes fosse dado o direito

de resposta, se o anúncio dos livros aprovados tem precedido em cerca de um mês o laudo com os motivos da exclusão?

Estamos abertos para contribuir com o MEC na busca de uma fórmula que seja razoável e ao mesmo tempo viável, diante dos prazos, para que os autores possam se manifestar. Nosso propósito é aumentar a legitimidade do processo de avaliação, garantir um princípio democrático e, antes de tudo, assegurar que chegue às mãos dos estudantes um material cada vez melhor.

Reconhecemos e respeitamos os esforços de todo o pessoal do MEC ligado à educação básica no sentido de aperfeiçoar o ensino público brasileiro, mas entendemos que avanços são necessários, particularmente nas relações entre autores e todos os envolvidos no processo de avaliação. Enfatizamos que estamos abertos ao diálogo, porque acreditamos que todos nós, que nos dedicamos à educação, temos o mesmo propósito: melhorar cada vez mais a formação dos estudantes.

**Abrale
(Associação Brasileira dos
Autores de Livros Educativos)**

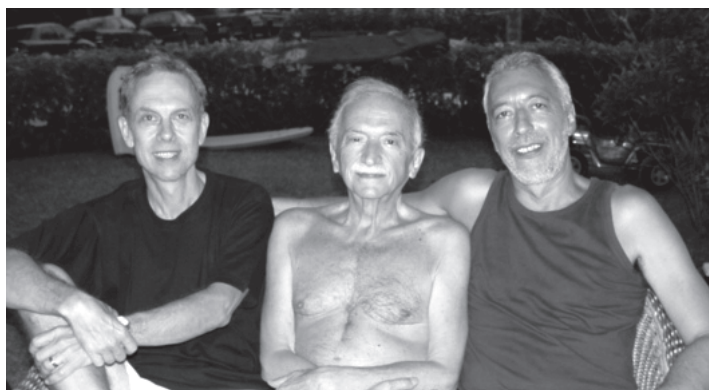
Professor Scipione Di Pierro Netto

Em dezembro de 2005, a notícia do falecimento do Professor Scipione Di Pierro Netto consternou educadores em geral, particularmente os que ensinam Matemática e aqueles que se dedicam à autoria de livros didáticos.

Scipione nasceu em São Paulo, em 1926. Em 1954, tornou-se licenciado e bacharel em Matemática pela PUC-SP e em 1973 doutorou-se na Faculdade de Educação da USP. Nas décadas de 1950 e 1960 foi professor de Matemática da rede pública do Estado de São Paulo. Começou na distante Piraju e acabou obtendo, por concurso público, a cadeira do Colégio de Aplicação da USP, uma escola que, por volta de 1970, era reconhecida pela excelência e pelas inovações. Exerceu o magistério também no ensino superior, lecionando em diversas instituições, entre elas a USP e a PUC. Na primeira, aposentou-se em 1984; na última, manteve a cátedra até o final da vida. Um antigo aluno seu na Faculdade de Educação da USP recordava o prestígio de suas aulas entre os alunos do curso de Matemática: o Mestre não fazia chamada, não cobrava presença, mas a sala estava sempre lotada.

Como autor de livros didáticos, o professor Scipione estreou em 1968, com quatro volumes para as atuais séries de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental, estabelecendo, na época, um novo padrão de rigor e exigência. Seguiram-se muitos outros trabalhos na mesma linha. Nos anos de 1980, viveu a experiência de editar seus próprios livros e fundou a Editora Scipione, mais tarde comprada pelo Grupo Ática. Em 2005, era um dos mais antigos autores em atividade.

Na Abrale, desde a fundação, Scipione foi um associado muito presente. Sempre que convidado a assumir a presidência da entidade, recusava, alegando estar em vias de se aposentar. Mas



Professor Scipione (ao centro), entre Marcelo Lellis (à esquerda) e José De Nicola.

nunca deixou de dar contribuição assídua e inteligente, mantida até mesmo no último ano de vida.

Muitos de nós recordarão Scipione como um magnífico contador de histórias, interpretadas com todos os recursos de um grande ator, produzindo gargalhadas e difundindo bom humor. Pessoas próximas de seu trabalho, como editores ou colegas da área de Matemática, lembrarão dele como alguém de convicções muito firmes. Isso lhe trouxe dissabores nos últimos tempos, porque não aceitava diversos aspectos do atual movimento de Educação Matemática.

Alguns, lembrando a energia com que Scipione defendia suas posições, diriam com um misto de ironia e afeto que “o velho era teimoso demais”. Nós, que tivemos o prazer e a honra de merecer a sua amizade nestes últimos anos, propomos outra visão. Claro, ele apresentava um pouco daquele temperamento explosivo, tão característico de italianos e seus descendentes diretos. Entretanto, quando um interlocutor manifestava argumentos válidos, prevalecia a racionalidade matemática. Como não se guiava pelo pragmatismo ou pela moda, Scipione era capaz de ser apaixonado na defesa de suas idéias, mas também racional e civilizado na apreciação do ou-

tro. Exercitava, assim, uma das melhores qualidades de qualquer ser humano.

Seja qual for a lembrança que cada um guarda do Scipione — o pai, o marido, o avô, o professor, o autor, o amigo, o contador de histórias, o matemático —, será sempre uma recordação muito respeitosa, muito alegre, plena de vida.

À esposa Dulce, aos filhos Carla, Fernando, Luiz Fernando, Maria Cândida, Maria Clara e Maria Conceição expressamos a solidariedade de todos os associados da Abrale.

**José De Nicola
Marcelo Lellis**

Problemas jurídicos?

Os colegas abralistas não devem esquecer que nossa entidade presta assistência jurídica básica aos associados. Havendo problemas envolvendo contratos editoriais, direitos autorais e temas relacionados, vale a pena contatar a Abrale.

AUTOR DE LIVROS EDUCATIVOS: ASSOCIE-SE À ABRALE

Informativo da ABRALE é uma publicação da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos.

Endereço: Rua Joaquim Floriano, 243 – cj. 101 – São Paulo – SP – CEP 04534-010

Telefone: (11) 3168-5737

Abrale na internet: www.abralelivroeducativo.org.br ou www.abrale.com.br

Endereço para e-mail: abrale@abralelivroeducativo.org.br ou abrale@abrale.com.br

É permitida a reprodução deste material desde que citada a fonte.

Artigos assinados não refletem necessariamente a posição da ABRALE.